

2347
Constituinte
ANC GLOBO 29

Ausência de Cabral gera protestos e adia a reunião da Sistematização

OG 23/6/87 P2

BRASÍLIA — A ausência do relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM) — que viajou para Recife para fazer uma palestra na Sudene — esvaziou a primeira reunião da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte. Prevista para durar no mínimo três horas, foi encerrada pelo seu Presidente, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), quarenta minutos depois de iniciada.

— É um absurdo o relator faltar à reunião, ele não poderia viajar, pois é impossível discutir sem a sua presença. Ou então que não se fizesse a reunião hoje — protestou o Deputado José Genoíno (PT-SP).

Também o Líder em exercício do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira, reclamou da ausência de Cabral, alegando que "ele poderia faltar a qualquer reunião, menos a esta, o que é imperdoável".

Bernardo Cabral já havia comunicado sua impossibilidade de comparecer à sessão de ontem e delegou ao relator-adjunto, Néelson Jobim (PMDB-RS), a tarefa de fazer um relatório dos trabalhos aos constituintes. Uma questão de ordem levantada pela Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) impediu que Jobim o fizesse, já que o Regimento Interno da comissão não prevê a substituição do relator.

Ainda assim, alguns constituintes — como José Genoíno, Ademir Andrade (PMDB-PA), Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o próprio Jobim — entenderam que havia margem no regimento para que a Comissão iniciasse a discussão do anteprojeto.

Os parlamentares apontaram algumas falhas do regimento, que não prevê a substituição do relator. O



Comissão de Sistematização, sem seu relator, se reúne mas se dispersa

Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) assinalou também que a reunião de ontem não estava prevista no cronograma da Comissão de Sistematização, mas foi marcada por insistência do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

A única questão que poderia gerar mais polêmica na sessão de ontem, foi remetida para o futuro pelo Senador Afonso Arinos. Sandra Cavalcanti alegou que o anteprojeto da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não tinha a mesma legitimidade que os outros, pois não chegou a ser votado. Segundo ela, o relator aproveitou o texto que, em votações da Comissão temática, havia sido derrotado. Por este

motivo, Sandra Cavalcanti entende que o capítulo referente a esta comissão deveria receber também emendas quanto ao seu conteúdo e não apenas de redação. Arinos, porém, alegando que esta era uma questão que exigia uma maior reflexão, disse que a enviaria para estudos do consultor técnico da Comissão.

Hoje, a Comissão tem sua primeira reunião extraordinária, a partir das 20 horas. O cronograma prevê sessões ordinárias às 9 horas e, se necessário, extraordinárias à noite, até quinta-feira, quando (à meia-noite) se encerra o prazo para apresentação de emendas. Apenas no dia 9 está prevista discussão do primeiro projeto de Constituição.

Só um constituinte apresenta emendas

BRASÍLIA — Um único Deputado, Renato Viana (PMDB-SC) apresentou emendas (sete), no primeiro dos cinco dias para sugestões ao anteprojeto de Constituição elaborado pelo Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. Nesta fase, que se encerra na próxima quinta-feira à meia-noite, são permitidas apenas emendas supressivas e de redação e não modificativas do conteúdo.

Das emendas apresentadas por Viana, duas se destacam: na primeira, ele substitui a redação do parágrafo primeiro do artigo 44 para acrescentar que "Brasília é a Capital da República" (que não estava previsto) e que "o Distrito Federal é a sede do Governo Federal". Na outra, suprime o artigo que prevê a criação de cinco novos Estados — Tocantins, Santa Cruz, Maranhão do Sul, Triângulo e Tapajós — e a elevação de dois Territórios (Amapá e Roraima) à condição de Estados. Ele mantém, no entanto, a Comissão que estudará a redivisão territorial do Brasil. As demais fazem pequenas modificações de redação.

Ao contrário do que previa o Regimento da Comissão de Sistematização, todos os constituintes, integrantes ou não da Comissão, poderão apresentar emendas. Esta questão foi levantada ontem pelo Deputado José Genoíno (PT-SP) e respondida pelo Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), com base em decisão do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Freire considera o trabalho mal compatibilizado

BRASÍLIA — O Líder do PCB na Câmara, Deputado Roberto Freire (PE), criticou ontem o trabalho de compatibilização feito pelo Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), no primeiro anteprojeto da Comissão de Sistematização.

— O trabalho foi mal compatibilizado. Ficou com estilos distintos. O resultado é uma justaposição do material das comissões, afirmou.

Freire não gostou da definição de direito de propriedade, inserida no anteprojeto de Cabral:

— Ela causa um retrocesso a pré-46, disse o líder comunista.

Ele afirmou que o relator não utilizou o que havia de melhor no relatório da Comissão de Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, feito pelo Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS).

— Vou querer apresentar emendas para fazer a compatibilização com o que há de bom no relatório do Senador Bisol — afirmou Roberto Freire.

Segundo ele, Bisol deixa claro que as desapropriações serão pagas em dinheiro para o caso de moradias.

— Agora, o resto não pode ser em dinheiro, senão você não consegue levar adiante programa nenhum, considera.

Para Freire, as desapropriações de terras têm que ser pagas com título da dívida pública. O Líder criticou também a discussão do mérito da desapropriação, no artigo 327. Segundo ele, assegurar ao desapropriado ampla defesa pode, em princípio, parecer democrático, porém os processos relativos a terras demoram anos para serem resolvidos. A pluralidade sindical incluída no relatório também recebeu crítica de Roberto Freire.

— O projeto incorporou posições conservadoras que predominaram nas comissões temáticas — afirmou o Deputado José Genoíno (PT-SP). Para ele, o projeto não é "liberal-progressista", como definiu Bernardo Cabral, mas "liberal-conservador".

Sant'Anna critica proposta de reintegração de militares

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), criticou ontem o artigo 482 do anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que concede anistia a civis e militares punidos por questões políticas desde 1946, assegurando-lhes a reintegração em suas funções com todos os direitos e vantagens.

— Isso não ficou bom. A atual Constituição, através da emenda número 26, já concedeu anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos por atos políticos, reintegrando-os aos quadros e colocando-as na reserva remunerada, lembrou.

Sant'Anna não concorda com o retorno de militares anistiados para a ativa. Segundo ele, a definição escolhida por Cabral em seu relatório — ela foi aprovada na Comissão da Ordem Social — cria "uma situação absolutamente estranha", já que, no seu entender, a anistia é matéria vencida.

— Fica parecendo que se está falando de uma coisa que não existia e vai ser introduzida agora, alegou. Observou, ainda, que o relator da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), concede anistia a partir de 1946, o que precisa ser explicado.

O Líder do Governo disse que, nesta primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização, foi feito o que era possível:

— Não é uma fase de mérito. É de arrumação, explicou.

Segundo ele, há artigos que se contradizem e que precisarão ser ajustados. Informou também que os membros do "Grupo Centro Democrático" estavam lendo o anteprojeto para, a partir de hoje, discutirem as emendas que irão apresentar.

Sant'Anna acha que os assuntos referentes à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação deveriam receber emendas de mérito, e não apenas de redação. Afirmou que Bernardo Cabral enfrentou de "forma hábil" temas co-

Para Inocêncio, anteprojeto deve ter 150 artigos

BRASÍLIA — O Líder em exercício do PFL na Câmara, Deputado Inocêncio de Oliveira (PE), considerou "muito longo" o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ele afirmou que assuntos como reforma agrária, estabilidade no emprego e o capítulo referente à Comissão da Família precisarão ser um pouco mais discutidos.

— Esperava que a Comissão de Sistematização, ao ordenar os trabalhos, o fizesse de forma a que o anteprojeto não tivesse 501 artigos — afirmou Inocêncio.

Para ele, a futura Constituição deveria resumir-se num texto genérico que não ultrapassasse os 150 artigos, deixando o detalhamento para a legislação complementar.

O Líder em exercício achou boa a definição de empresa nacional e também a reserva de mercado temporária. Afirmou, no entanto, que o direito de greve e as atribuições do Presidente da República e do Primeiro-Ministro precisam ser melhor definidos.

O Deputado Néelson Jobim (PMDB-RS), um dos parlamentares que auxiliaram o Deputado Bernardo Cabral a elaborar o anteprojeto, disse que a matéria deve ser considerada um somatório. Segundo ele, o que foi incluído é resultado do que foi aprovado nas comissões. Agora cabe aos parlamentares, pelo voto, modificar o que não concordam.

O anteprojeto de Cabral não trouxe surpresas ao Senador José Richa (PMDB-PR). Ele lembrou que à Sistematização coube apenas compatibilizar os textos das comissões e ao relator, em determinados casos, fazer opção quando havia pontos repetitivos. Richa acha que algumas opções feitas pelo relator causarão muita discussão, mas acredita na possibilidade do entendimento.

O Senador pretende apresentar várias emendas ao anteprojeto. Para isso, reúne hoje pela manhã sua assessoria, para levantar os pontos que, no seu entender, devam sofrer mudanças de redação.

— A unidade para isso só será conseguida via entendimento, concluiu.



Sant'Anna diz que tudo já foi feito

mo verbas públicas para a educação e o Conselho de Comunicação, que causaram polêmica naquela Comissão.

O sistema de governo, a reforma agrária, jornadas de trabalho de quarenta horas semanais e estabilidade são alguns dos pontos que, segundo Carlos Sant'Anna, precisarão continuar a ser negociados. Ele achou boa a definição de empresa nacional feita por Cabral, e classificou de "estratégica" a reserva de mercado contida no parágrafo primeiro do artigo 307.

— Algumas coisas são difíceis de se chegar a um entendimento. Delas, eu acho que a mais difícil é o problema da terra. Mas precisamos buscar esse entendimento até a exaustão — afirmou o Líder. Ele evitou, porém, fazer críticas ao relatório de forma geral, já que o trabalho não está pronto. Reconheceu, apenas, que há artigos "progressistas" e retrógrados num mesmo texto.

— A unidade para isso só será conseguida via entendimento, concluiu.

FISCAL ISS — CONCURSO JÁ MARCADO
Vencimento Cx\$ 35 mil. Idade até 50 anos. Qualquer área. Método personalizado. Apostilas.
Prof. Miguel Citwar. Tels.: 295-5499 • 533-3348

Pazzianotto pode entrar para o PTB e disputar Prefeitura de São Paulo

Em seis meses, Seac quer fazer 500 mil casas